

**Exma. Senhora  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito  
ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores  
de Electricidade**

**Deputada Maria das Mercês Borges**

### **REQUERIMENTO**

**Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD abaixo assinados vêm, nos termos legais e regimentais aplicáveis, requerer a V. Exa. a seguinte documentação:**

**Do Governo de Portugal; DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia; APA – Agência Portuguesa do Ambiente e ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos:**

1- Os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) iniciais celebrados entre empresas electroprodutoras e o Estado Português, através da REN, ainda que posteriormente cessados, bem como os respectivos anexos e adendas ou aditamentos;

2- Toda a documentação técnica associada à discussão, elaboração, regulamentação e execução dos diplomas legislativos abaixo enunciados e respectivos actos de posterior alteração, incluindo, não exaustivamente, correspondência trocada entre entidades, estudos prévios, relatórios e pareceres:

- i. CMEC – Decreto-Lei n.º 240/2004 de 12 de Dezembro;
- ii. Regime Especial – Normas que digam respeito à produção em regime especial contidas no Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.º 237 - B/2006, de 18 de dezembro, 199/2007, de 18 de maio, 264/2007, de 24 de julho, 23/2009, de 20 de janeiro, 104/2010, de 29 de setembro, e 215 -B/2012, de 8 de outubro e os Decretos-Leis n.º 33-A/2005 e n.º 35/2013 de 19 de fevereiro;
- iii. Incentivos à Garantia de Potência - Artigo 33.º-A do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro e Portaria n.º 765/2010, de 20 de agosto;
- iv. Remuneração dos terrenos do Domínio Público Hídrico - Portaria n.º 96/2004 de 23 de janeiro, alterada pelas Portarias n.ºs 481/2007 de 19 de abril e 542/2010, de 21 de julho;
- v. Extensão da concessão do Domínio Público Hídrico - Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio e o despacho n.º 16.982/2007 de 15 de junho;

3- Toda a documentação relacionada com o Processo de investigação da Comissão Europeia relativo a possíveis ajudas de Estado (com a Ref. SA34529), no âmbito da extensão da concessão da utilização Domínio Hídrico, que viria a ser arquivado pela Comissão Europeia;

4- Pareceres da REN e da ERSE relativamente à taxa de remuneração do capital que veio a ser fixada pela Portaria n.º 611/2007 de 15 de junho.

5- Todos os documentos de determinação de tarifas e preços da ERSE, com os respectivos anexos, pareceres do Conselho Tarifário e respostas a esses pareceres.

6- Todos os documentos, estudos e pareceres relacionados com a existência de excedentes nos Contratos de Aquisição de Gás Natural, em regime de take-or-pay e a sua inclusão na Contribuição Especial do Sector Energético (CESE).

7- Relatório do Governo datado de 2012, denominado "Report within the scope of Measure 5.1 of the 2nd update of the MoU on specific economic policy conditionality", citado no Survey da OCDE sobre Portugal, 2012.

8- Relatório denominado "*Benchmark on Rates of return for General Assets in Portugal*" (Janeiro de 2012), Cambridge Economic Policy Associates Ltd.

9- Relatório denominado "*Benchmark on opportunity cost of capital for investments in the special regime*" (Jan 2012), AT Kearney.

10- Todos os documentos elaborados pelos consultores jurídicos e financeiros das várias operações de privatização da EDP. Nomeadamente: estudos de mercado, avaliações financeiras, avaliações de risco jurídico e suporte das decisões do modelo de privatização.

#### **Da Procuradoria Geral da República (PGR):**

11- Parecer n.º 23/2017, do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

12- Relatório elaborado por peritos do Núcleo de Acessoria Técnica da PGR apresentado em Junho de 2015 ao procurador Carlos Casimiro, como referido na imprensa

13- Todos os documentos relacionados com investigações passadas ou em curso com relevância no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

#### **Da Autoridade da Concorrência**

14- Todos os actos administrativos, correspondências, queixas e denúncias que conduziram a Autoridade da Concorrência a recomendar ao Governo a realização de uma Auditoria externa, que viria a ser realizada pela consultora Brattle Group.

15- Toda a documentação relativa a queixas e processos, passados ou presentes, que possam ter relevância no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**Da DG COMP.**

16- Toda a documentação relacionada com o Processo de investigação da Comissão Europeia relativo a possíveis ajudas de Estado (com a Ref. SA34529), no âmbito da extensão da concessão da utilização Domínio Hídrico, que viria a ser arquivado pela Comissão Europeia.

**Da REN.**

17- As atas de todas as reuniões paritárias entre a EDP e a REN desde 2004.

18- Todos os documentos, estudos e pareceres com relevância no âmbito desta comissão de inquérito.

**Palácio de São Bento, 05 de junho de 2018**

**Os Deputados,**

**Emídio Guerreiro**

**Jorge Paulo Oliveira**

**António Topa**

**Duarte Marques**

**Helga Correia**

**Joel Sá**

**Cristóvão Norte**

**Fátima Ramos**

**Paulo Rios de Oliveira**